

BALANÇOS PATRIMONIAIS (VALORES EM REAIS)

ATIVO	31/12/2024	31/12/2023	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2024	31/12/2023
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalente de caixa	22.704.193	6.734.509	Fornecedores	7.280.901	1.233.205
Clientes	16.492.153	37.117.436	Obrigações sociais	21.731.894	24.522.473
Total do ativo circulante	39.196.346	43.851.945	Obrigações tributárias	2.749.929	111.480
Não circulante			Total do circulante	31.762.724	25.867.158
Imobilizado/imobilizações	1.763.504	1.099.556	Não Circulante		
Creditos contenciosos	19.650	19.650	Imobilizado de convênios	3.727.838	1.240.818
Intagível	40	40	Repasse de projetos a realizar	1.724.344	2.487.022
Total do ativo não circulante	1.783.194	1.119.246	Total do não circulante	5.452.182	3.727.840
Total do ativo	40.979.540	44.971.191	Patrimônio Líquido	3.764.634	15.376.193
			Patrimônio social		
			Resultados Acumulados	1.355.148	1.355.148
			Resultado do Exercício	3.764.634	14.021.045
			Resultados Abrangentes		
			Total do passivo e do patrimônio líquido	40.979.540	44.971.191

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EM 31/12/2024 (VALORES EM REAIS)

	31/12/2024	31/12/2023
Receita bruta de doações	3.084	0
Subvenções	565.310.096	420.339.310
Receita bruta	565.313.180	420.339.310
Receitas / (Despesas) operacionais		
Despesas com pessoal	131.272.823	94.244.737
Despesas administrativas	3.310.358	2.476.041
Despesas com OPERAÇÕES	426.886.097	309.498.617
Despesas financeiras	114.150	98.870
Total das Receitas / (Despesas) operacionais	561.583.428	406.318.266
(Déficit) Superávit antes do resultado financeiro líquido	3.729.752	14.021.044
Outras Receitas operacionais	34.882	0
Resultado do exercício	3.764.634	14.021.044

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31/12/2024 (VALORES EM REAIS)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Fundado em junho de 2000, o Instituto Jurídico para Efetivação da Cidadania e Saude - Avante Social, é uma associação civil sem fins lucrativos que desenvolve ações com o objetivo de promover e garantir o acesso aos direitos fundamentais e humanos. Em junho de 2015, o AVANTE foi qualificado como Organização da Sociedade Civil (OSC), nos termos da Lei 14.870/2003.

O AVANTE executa programas e convênios de políticas públicas em parceria com o Governos Federal, Estaduais e Municipais.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

O Instituto está apresentando nesse momento o conjunto de suas demonstrações contábeis e respectivas notas explicativas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e conciliando o patrimônio líquido iniciado em 01/01/2024 em atendimento à INSTRUÇÃO NORMATIVA TCE SP 001/2024. **2.1. BASE DE PREPARAÇÃO. A) DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE COM RELAÇÃO ÀS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS NO BRASIL.** As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na ITG 2002 – Entidade sem finalidade de lucros, e também através da NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas. **BASE DE MENSURAÇÃO:** As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo. **B) MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO:** Conforme definição da NBC TG 1000, Seção 30, estas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Associação. **C) DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES:** As demonstrações dos resultados abrangentes não estão sendo divulgadas, uma vez que a Associação não apurou transação que envolva registro em outros resultados abrangentes que impactam o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2024. **D) PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZA NAS ESTIMATIVAS:** Na aplicação das políticas contábeis, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros. As principais estimativas realizadas pela Administração quando da elaboração das demonstrações contábeis incluem a vida útil para seus ativos imobilizados e intangíveis, o valor residual dos ativos imobilizados, as perdas com o valor recuperável de recebíveis, prováveis desembolsos decorrentes de processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista, civil e fiscal, bem como reclamações, custos a apurar e outros riscos diretamente relacionados a seus projetos de curta e longa duração. As taxas de depreciação aplicadas aos ativos imobilizados são definidas com base na vida útil que o fisco determina para esses ativos e não considera os valores residuais estimados para sua realização ao final da vida útil. **2.2. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS:** A Associação adota o regime de competência para fins de registro de suas transações e considera o período de um ano para a segregação de ativos e passivos entre circulante e não circulante. As principais práticas contábeis que foram adotadas na elaboração das referidas

demonstrações contábeis estão descritas a seguir. **2.2.1. APLICAÇÕES FINANCEIRAS:** As aplicações financeiras são registradas pelo valor da aplicação, acrescidas dos rendimentos incorridos até a data do balanço. A Administração do AVANTE optou por aplicações de perfil conservador, buscando reduzir riscos de perdas. Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros são determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas, e não divergem significativamente dos saldos contábeis. O uso de diferentes premissas de mercado e/ou metodologias de estimativa poderia causar um efeito diferente nos valores estimados de mercado. **2.2.2. ATIVOS E PASSIVOS MONETÁRIOS:** Os ativos e passivos monetários não circulante, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita e, em certos casos, implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Associação concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste. **2.2.3. ATIVO IMOBILIZADO:** Os ativos imobilizados estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação. Os custos dos imobilizados incluem todos os gastos para coloca-los no seu local e condições de uso. **2.2.4. RECEITAS COM DOAÇÕES:** As doações para custeio das atividades da Associação são contabilizadas em contas do passivo, sendo reconhecidas como receita assim que exista segurança razoável de que a Associação atenderá às condições relacionadas e que as doações serão recebidas. Simultaneamente ao reconhecimento das receitas de doação a Associação reconhece como despesas os correspondentes custos vinculados as referidas doações. **2.2.5. OBRIGAÇÕES SOCIAIS:** Os salários, provisões para férias, 13º salário e os pagamentos complementares, quando negociados em acordos coletivos de trabalho, com os encargos sociais correspondentes, são apropriados pelo regime de competência, conforme legislação vigente. **2.2.6. RECONHECIMENTO DAS RECEITAS:** As receitas são reconhecidas quando da efetiva execução dos projetos na prestação de serviços. O custo da prestação de serviço é registrado no mesmo período em que elas são reconhecidas. As despesas são registradas no período no qual são originadas. **2.2.7. RECONHECIMENTO PASSIVO:** Os passivos são reconhecidos no balanço quando a Associação possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-la. Alguns passivos envolvem incertezas quanto ao prazo e valor, sendo estimados na medida em que são incorridos e registrados por meio de provisão. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3. INSTRUMENTOS FINANCEIROS – GESTÃO DE RISCO
Risco de crédito: O risco de crédito para a Associação surge preponderantemente de disponibilidades decorrentes de depósitos em bancos e aplicações financeiras em certificado de depósito bancário (CDB). A Associação não contrata derivativos para gerenciar o risco de crédito. **Risco comercial:** O risco comercial surge da utilização de instrumentos financeiros que rendem juros negociáveis e em moeda estrangeira. É o risco de que o valor justo ou fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro correrão em virtude de alterações nas taxas de juros (risco de taxa de juros), taxas de câmbio (risco de câmbio) ou outros fatores comerciais (outro risco de preço). A Associação não possui operações que possam gerar riscos dessa natureza. **Risco de taxas de**

ABERTURA DE VALORES DE RECEITAS POR CONVENIO EM 31/12/2024

RELAÇÃO CONVENIOS EM 2024 - EXPRESSO EM REAIS	VALORES
RECEITA CONVENIO CASA BOLA DE GUDE	1.255.367,41
RECEITA CONVENIO CASA NOSSO LAR	1.217.806,93
RECEITA CONVENIO CASA TIA BRANCA	1.263.198,65
RECEITA CONVENIO CASA TRAVESSIA	1.267.806,93
RECEITA CONVENIO CASA AQUARELA	1.247.536,09
RECEITA CONVENIO REPUBLICA	471.636,62
RECEITA CONVENIO PROVITA	352.799,46
RECEITA CONVENIO UPA THIAGO CARDOSO	9.021.370,00
RECEITA CONVENIO SERVIÇOS MEDICOS	233.601.275,94
RECEITA CONVENIO SAMU CIM NORTE	12.630.975,90
RECEITA CONVENIO SAMU POLO SUL	22.354.363,42
RECEITA CONVENIO SAMU POLINORTE	10.251.070,75
RECEITA CONVENIO SAMU CIM NOROESTE	4.887.539,30
RECEITA CONVENIO BARÃO DE COCAIS UBS	5.021.655,31
RECEITA CONVENIO BARÃO DE COCAIS CEM	4.511.586,60
RECEITA CONVENIO CAMINHAO DE MAMOGRAFIA	1.059.320,50
RECEITA CONVENIO LABORATORIO PARA DE MINAS	5.796.261,80
RECEITA CONVENIO PREF MUN DE SETE LAGOAS	285.231,00
RECEITA CONVENIO PREF MUN ITAPEÇERICA - PS CENTRAL	32.308.599,06
RECEITA CONVENIO - FUNDO MUN MOGI MIRIM	767.570,96
RECEITA CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE E DE PO	14.981.918,47
RECEITA CONVENIO MOGI GUACU	3.090.249,00
RECEITA CONVENIO - SÃO GONCALO DO PARA	2.006.437,19
RECEITA CONVENIO SEMI SALVADOR	1.192.276,72
RECEITA CONVENIO SEMI ITABUNA	1.178.044,22
RECEITA CONVENIO - UPA SOROCABA	45.837.124,28
RECEITA CONVENIO - CHEGA AI	12.950,80
RECEITA CONVENIO - MOVIMENTA JUVENTUDE	157.835,36
RECEITA CONVENIO - FUNDO MUN DE ASSISTENCIAL MOGI	6.050.881,28
RECEITA CONVENIO - ABRIGO MARICA	2.249.289,07
RECEITA - PREFEITURA DE BOITUVA	1.240.064,48
RECEITA CONVENIO PREF MUN DE VOTORANTIM	19.994.475,00
RECEITA CONVENIO INST COOP MEDIO PARA OPEBA	49.462.227,49
RECEITA CONVENIO CONSORCIO PUBLICO DA REGIAO POLINORTE	15.677.524,34
RECEITA CONVENIO PREF MUNI DE MOGI MIRIM	364.474,71
RECEITA CONVENIO INSTITUTO MORIAH	265.440,21
RECEITA CONVENIO CASA LAR MORRO AGUDO	449.655,70
RECEITA CONVENIO MUNICIPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ	2.092.862,78
RECEITA CONVENIO MUNICIPIO DE SÃO JOAO DE BOA VIST	507.837,10
RECEITA CONVENIO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PAR	33.554.968,97
RECEITA CONVENIO PREFEITURA MUNICIPAL DE IRACEMAPOLIS	660.000,00
RECEITA CONVENIO CENTRO UNIVERSITARIO DAS FACULD	3.589.882,48
RECEITA CONVENIO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE UPA JAT	544.500,00
RECEITA CONVENIO PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURUR GA	6.544.910,36
RECEITA CONVENIO FUNDACAO MUNICIPAL DOS DIREITOS	300.000,00
RECEITA FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTENCIA SOCIAL	273.916,23
RECEITA MARICA PREF GABINETE DO PREFEITO	1.043.622,38
RECEITA HOSPITAL DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DE	145.597,00
SERVICOS MEDICOS HOSP MATERDEI -BH	1.702.824,00
RECEITA MUNICIPIO DE ITAPEVI	222.877,18

juros: A Associação não possui empréstimos. Assim, não há risco de exposição a flutuações de taxas de juros no mercado para passivos onerosos, e as aplicações financeiras têm perfil conservador, possuindo pouca exposição a essa natureza de risco.

Principais instrumentos financeiros: Os instrumentos financeiros do Instituto encontram-se registrados em contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023, por valores que se aproximam de seus valores justos nessas datas. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais que visam à obtenção de liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado.

4. COBERTURA DE SEGUROS

A apólice de seguro em nome do Instituto abrange basicamente o seguro de veículos e seguro de responsabilidade civil. O AVANTE mantém política de monitoramento dos riscos inerentes as suas operações. Para tanto, possui contratos de seguros considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros e riscos de responsabilidade civil.

INSTITUTO JURIDICO PARA EFETIVACAO DA CIDADANIA E SAUDE

CNPJ:03.893.350/0001-12

VIVIANE TOMPE SOUZA MAYRINK
Presidente

EDELBERTO ELDER DE AVELAR
Contador – CRC-MG.086566-O-7